



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

POR UMA POLÍTICA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA AS ESCOLAS INDÍGENAS

Arissana Braz Bomfim de Souza-Pataxó
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos
Universidade Federal da Bahia
arissanapataxo@yahoo.com.br

Introdução

Não se sabe quanto eram os povos e quantas eram as línguas faladas no Brasil antes da invasão dos primeiros europeus, mas há estimativas que variam de cinco a dez milhões de habitantes, falantes de mais de mil línguas. O que se sabe com certeza é que eram muitos, de diferentes nações e com as mais variadas maneiras de ser e de viver, mas infelizmente toda essa diversidade foi negada com a chegada dos primeiros colonizadores.

Diferentes foram as estratégias usadas pelos portugueses para alcançarem o seu propósito de colonização, dentre as quais, estavam a inclusão de índios nas escolas das missões jesuíticas, o aldeamento de diferentes povos em um mesmo lugar, a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa nas escolas, além da escravização e de diversos ataques brutais a diferentes povos. Assim os primeiros contatos dos povos indígenas com a educação escolar se deram no período inicial da colonização, em escolas comandadas por padres jesuítas, com a finalidade de fazer com que os índios esquecessem e deixassem de lado os seus costumes e a sua língua. Mas isso não foi tão simples assim. O processo de colonização não foi pacífico, se deu através de muita perseguição e repressão por parte da Coroa portuguesa e à base de muita resistência por parte dos diferentes povos que habitavam este território. E por muitos séculos esse duelo se perpetuou, tendo por um lado repressão e perseguição, e por outro lado muita luta e resistência.

E foi assim, através dos interesses coloniais, que a escola chegou até as sociedades indígenas tão somente para favorecer aos colonizadores. Nesse espaço o modo de ser, de viver e de aprender dos diferentes povos não foram respeitados, afinal, a diversidade não era levada em conta. As muitas línguas e saberes foram apagados. O que se deveria aprender eram os costumes e a língua dos portugueses para integração à



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

sociedade nacional. Para os europeus “a escola e a alfabetização entram em cena como sinônimos de educação, cultura e civilização, como se os índios não as tivessem” (BANIWA, 2006, p.146). Por isso, é que, a escola foi por alguns séculos um lugar de repressão, discriminação e perseguição para os povos indígenas. Muda a administração do Brasil, sai a Coroa, vem à república, e a situação continua. Saem os missionários jesuítas, entram os órgãos indigenistas e a repressão e discriminação permanecem.

Depois de muitas lutas, por volta da década de setenta, o movimento indígena se mobilizou politicamente para lutar pelos seus direitos e mudar esse quadro, para fazer da escola um lugar de valorização da diversidade e especificidade de cada povo, de respeito e valorização dos saberes dos mais velhos e também um lugar da interculturalidade. “Como resultado da pressão que esse movimento passou a exercer junto ao poder legislativo, efetivaram-se as mudanças mais significativas da história dos povos indígenas no Brasil, iniciadas com a definição da Constituição de 1988 e asseguradas nos demais textos legais definidos a partir dela”. (CADERNOS SECAD 3, 2007, p.15)

Com a constituição de 88, os povos indígenas conquistam a garantia por uma grande mudança na educação escolar, e a partir de diversas iniciativas de organizações indígenas e instituições de apoio, começam então a expandir e implantar em diversas regiões do Brasil os cursos de formação para professores indígenas, as mudanças nas propostas curriculares e também produções de materiais didáticos específicos. Foi um grande passo na vida desses povos, porém desde lá pra cá não foram poucos os desafios enfrentados para que de fato a constituição saísse do papel e se concretizasse na vida desses povos. Foram muitas as lutas do movimento indígena para terem acesso a essa educação escolar que lhes era garantido e para fazer da escola um espaço de interação, de compartilhamento, e de valorização da cultura de cada povo.

Na Bahia a conquista por um curso de formação específica para os professores indígenas só se deu em 1997, quando começou a primeira turma do curso de formação para o Magistério Indígena. Foi com essa turma de professores que na Bahia, que se iniciam as primeiras produções de materiais didáticos para as escolas indígenas. Na formatura da primeira turma do curso, em 2003, três livros tinham sido publicados, sendo um livro Tuxá, um Pataxó e um Kiriri, os dois últimos acompanhados por um



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

caderno de orientação do professor. De lá pra cá outras produções também foram produzidas através de outras instituições.

Entretanto, em meio a essas conquistas, são várias as razões e meios que ainda são as pedras do nosso caminho para conquistar uma educação escolar indígena específica, diferenciada e qualidade, dentre elas, o embate com próprio sistema de ensino público no Brasil, e que, na maioria dos casos, não favorece essa educação escolar diferenciada e dificulta a implantação de currículos específicos nas escolas; a contratação de professores indígenas e a autonomia da gestão escolar pela comunidade.

Em se tratando dos problemas enfrentados pela educação escolar indígena no Brasil, Gersem Baniwa (2006, p.134), resume em algumas questões as críticas dos povos indígenas ao processo pedagógico da escola formal:

- O modelo de ensino das escolas indígenas reproduz o sistema escolar da sociedade nacional;
- Normalmente, as diretrizes, os objetivos, os currículos e os programas são inadequados à realidade das comunidades indígenas;
- O material didático-pedagógico utilizado é insuficiente e inadequado, prejudicando as ações educativas;
- Não existe supervisão pedagógica adequada e eficaz nas escolas.
- As atividades educacionais nas escolas são prejudicadas diante da dificuldade de fixar os professores nas comunidades, fato que se deve à ausência de moradias dignas, transporte e alimentação para os mesmos e falta de programas de formação de professores indígenas locais.
- O material didático e a alimentação recebidos são insuficientes e não-convenientes e o seu fornecimento não segue uma programação sistemática.
- Devido à barreira lingüística, os professores encontram dificuldades no desenvolvimento de seus trabalhos didático-pedagógicos e, conseqüentemente, o processo de alfabetização é prejudicado.

O material didático

Há uma série de desafios que ainda precisamos superar na educação escolar indígena, e dentre tantos, está o material didático, um dos grandes problema também enfrentado pelas escolas indígenas nos dias atuais, portanto, questão central da nossa reflexão. A demanda por materiais didáticos específicos para as escolas indígenas está na pauta para a garantia de uma educação escolar diferenciada, no entanto, há a necessidade de uma política para produção de materiais didáticos específicos que atendam à especificidade dos povos indígenas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Muitas vezes somos questionados porque os povos indígenas necessitam de materiais diferenciados. Não seria nem necessário responder, pois depois de toda essa repressão a que os povos indígenas foram submetidos com a educação escolar, ter materiais didáticos específicos é apenas um mínimo do que se deve fazer para lhes garantir o respeito, a dignidade e o direito de viver e ser como são, como garante a constituição de 1988, que assegura “aos índios do Brasil o direito de [...] permanecerem eles mesmos, com suas línguas, culturas e tradições” (GRUPIONI, 2005, p. 9).

Os livros bem como outros materiais como vídeos, CD's são também importantes, pois são novos instrumentos das quais os povos indígenas têm se apropriado como novas ferramentas não só para uso na escola, mas também para registro dos conhecimentos e saberes dos mais velhos, que muitas vezes estão sendo esquecidos. E, se estamos pensando em qualidade no ensino, não devemos deixar de lado a importância de materiais didáticos específicos, pois não adianta encher os alunos de livros que trazem conteúdos tão distantes dos contextos dos quais eles vivem, pois muitas vezes isso acaba gerando desinteresse por parte de muitos alunos, principalmente as crianças. O material didático específico que contempla o contexto do aluno desperta o interesse da comunidade pela escola, por ver que a escola também lhe é “familiar”. Dessa maneira, a escola deixa de ser um objeto distante do cotidiano de quem a frequenta e passa a fazer parte de sua vida.

A necessidade de uma política de produção de material didático específico se deve ao fato de que construir material didático exige uma complexidade que está além da editoração e publicação. E são vários os fatores que fazem parte dessa complexidade que não podem ser desconsiderados, dentre os quais estão a autoria indígena, o tempo de produção, o trabalho coletivo e a demanda da escola e da comunidade.

Para se construir materiais didáticos específicos para as escolas indígenas é necessário partir da necessidade dos alunos, dos professores e da escola, ou seja, da comunidade, e não da necessidade ou parte de uma instituição financiadora. É claro que todo material didático que se fizer para uma escola de um determinado povo será bem vindo, mas tendo em vista a dificuldade que temos para a publicação de materiais didáticos para as escolas indígenas, temos que priorizar o que mais demanda aquele povo.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Além de partir da demanda da comunidade escolar, esses materiais têm que ser construídos e produzidos por quem fará uso deles, ou seja, pelos professores indígenas e, é claro, com a participação da comunidade, que é a fonte que proporciona essa produção. É a autoria indígena nesse processo que fará a diferença e trará a especificidade e qualidade ao material, pois eles farão o elo entre os conhecimentos tradicionais e os tecnológicos, apropriando-os para melhor atender ao seu povo. Isso não significa que não tenhamos não-índios atuando como parceiros dessa produção; pelo contrário, quanto mais pessoas tiverem engajadas nesse propósito, a educação escolar indígena realmente terá a qualidade e especificidade desejada. Guimarães (2010, p.70) que trabalha na produção de materiais didáticos com os professores indígenas da Bahia desde a primeira turma do curso de formação para o Magistério Indígena, destacando a importância do trabalho colaborativo entre professor indígena e professores das universidades, afirma “que os sujeitos implicados nesse tipo de pesquisa postam-se na perspectiva da constituição de um grupo de pesquisa com objetivos e metas comuns, comprometidos com um determinado problema que emerge no próprio contexto de atuação desses professores, no nosso caso, as escolas indígenas”.

O tempo da produção é um dos fatores importantíssimo a se considerar. Os livros não podem ser construídos em oficinas de apenas uma semana, pois a produção não pode ser momentânea, ela carece de pesquisa, e pesquisa exige tempo, disposição e formação. Dessa forma é que a construção de materiais didáticos deve ser feita principalmente ao longo dos cursos de formação de professores, seja nas licenciaturas ou nos cursos de formação continuada, como já vem acontecendo em alguns lugares. Assim, além de termos nesses momentos uma grande quantidade de professores indígenas de diferentes aldeias reunidos, teremos também tempo ao longo do curso para que essa produção possa e deva estar vinculada às aulas das diferentes áreas dos cursos de formação, como uma atividade multidisciplinar. E no decorrer do curso teremos tempos para revisão, ajustes, acréscimos e até mesmo para “experimentá-los” nas escolas, antes mesmo da publicação final. Assim, podemos avaliar que, tendo as aulas esse propósito, os professores cursistas terão mais interesse, inclusive para a pesquisa do trabalho que chamamos nas licenciaturas de “tempo comunidade”.

Através dos cursos de formação de professores solucionamos outro grande



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

problema que é a falta de recurso para reunir uma grande quantidade de professores exclusivamente para produzir materiais didáticos, o que exige recurso para deslocamento, hospedagem e alimentação. Dessa maneira “unimos o útil ao agradável”. Mas para que isso de fato aconteça Gersem Baniwa (2006 p. 149) diz que:

Há a necessidade de formulação de cursos e projetos específicos para indígenas que valorizem a sua cultura e o seu conhecimento, sempre articulados ao conhecimento científico não-indígena que permite o registro desses saberes por meio da produção do material didático. Esse material tem como base a realidade da região e deve estar vinculado a projetos que possam promover o desenvolvimento social, cultural, político e econômico das comunidades, apresentando alternativas sustentáveis de sobrevivência e reforçando a identidade étnica e cultural dos povos indígenas.

Mas ainda que esse material venha ser feito nos cursos de formação para aproveitar o momento de união de vários parentes, essa produção precisa de um acompanhamento constante dos formadores e de uma equipe técnica para orientá-los e ajudá-los em suas produções considerando a autonomia dos professores para que tudo venha ser feito com e como almeja os povos indígenas, inclusive as finalizações como o projeto gráfico dos livros, a edição de vídeos, dentre outros. Para isso, é necessário que haja uma política que garanta essa especificidade. Souza (2006, p. 207) falando da visualidade na escrita indígena, trazendo o exemplo da escrita multimodal Kaxinawá, afirma que:

Na maioria das vezes, porém, sendo tutelados por pessoas de fora das comunidades indígenas, o processo de editoração desses livros, incluindo o tratamento gráfico final que lhes é dado, muitas vezes é controlado por pessoas que acabam também vítimas inocentes das armadilhas que separam a cultura oral da escrita.

Na Bahia, como já dito anteriormente, alguns materiais já foram publicados, inclusive feitos durante os cursos de formação, mas o grande problema é que esses materiais que foram produzidos, na sua maioria, foram publicados em números insuficientes. Em alguns casos, os livros não são suficientes nem para todas as escolas do povo para qual o livro foi feito, e não conseguem atender à demanda de escolas indígenas de outros povos. Bom seria que esses livros fossem também distribuídos nas escolas não indígenas, como sugerem e questionam muitos professores de escolas públicas, mas infelizmente a quantidade produzida ainda é muito pequena, por isso não se estende ainda para outras bibliotecas. Para isso novas edições dos livros já publicados



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

deveriam ser feitas e em quantidades maiores. O movimento indígena reconhece que houve uma melhora na educação escolar indígena, mas como assinala Baniwa (2006, p.160):

O problema é que os investimentos não atenderam satisfatoriamente os reclamos dos custos financeiros necessários aos propósitos didáticos e pedagógicos de uma educação específica e diferenciada. Em termos de materiais didáticos, por exemplo, os investimentos foram destinados à aquisição e à distribuição de livros didáticos convencionais (voltados para o público urbano ou rural do país) e houve pouca verba para a produção de livros didáticos específicos, à exceção de algumas produções nas escolas-piloto.

A experiência do livro

Pensando em contribuir para a política de construção de materiais didáticos para as escolas indígenas é que compartilho a experiência do processo de construção coletiva do livro de arte pataxó durante o curso de formação para o Magistério Indígena da Bahia. O Magistério Indígena da Bahia é um curso de nível médio, coordenado pela Secretaria Estadual de Educação, em parceria com a FUNAI e professores de algumas universidades públicas da Bahia. O curso já teve duas turmas: a primeira iniciada em 1997 e concluída em 2003 e a segunda iniciada em 2006 e concluída agora em 2011.

Para melhor atender o funcionamento do curso, a segunda turma iniciada em 2006, era subdivida em três pólos: Paulo Afonso, Ilhéus e Eunápolis. O livro de arte pataxó nasceu da experiência com a segunda turma do Curso de Formação para o Magistério Indígena do pólo de Eunápolis, formada exclusivamente por professores Pataxó de diferentes aldeias do Extremo Sul da Bahia: Barra Velha, Boca da Mata, Trevo do Parque, Pequi, Cahy, Tibá e Coroa Vermelha. Atualmente o povo Pataxó vive nos estados de Minas Gerais e Bahia, distribuídos em mais de trinta aldeias pertencentes a diferentes municípios.

O livro nasceu em 2007 quando fui pela primeira vez participar do curso de formação para o Magistério Indígena a convite da professora América César que conduzia no referido curso os módulos de arte e linguagem. Como todos eram Pataxó, alguns eu já conhecia, foi bom rever os parentes e conhecer outros. Na época, eu estava ainda fazendo a graduação em Artes Plásticas e levei comigo alguns livros de arte de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

outros povos indígenas para trabalharmos no curso. E foi já desde o primeiro módulo que, os Pataxó vendo os livros que levei falando sobre a arte de outros povos indígenas se motivaram a ter sua própria produção. E foi assim que os professores perceberam a possibilidade de produção de um livro sobre a arte Pataxó, para registrar os conhecimentos deixados pelos mais velhos e para auxiliá-los nas aulas de arte.

Nesse primeiro módulo, começamos já a produção dos primeiros textos, tendo os professores cursistas a liberdade de escolher sobre o que escrever. O único critério para a escolha foi o de que escolhessem escrever sobre a arte que soubessem fazer na prática ou que lhe fosse mais próxima e tivesse domínio para escrever sobre o assunto. É claro que muitas eram as possibilidades de escolhas, pois muitos professores dominavam diversos contextos dos quais eles poderiam escrever. Mas, nesse ponto, já podemos observar, a partir das escolhas que os professores fizeram, o que para eles era relevante escrever, ou seja, o que não se deveria esquecer de colocar no livro.

Foi também a partir das escolhas do que escreveria cada professor que observamos também a concepção do que seria a arte para os professores Pataxó, e isso só foi possível tendo em vista a autonomia dada aos professores. Se, ao contrário, impuséssemos na construção do livro uma categoria, limitando ou dividindo a arte pataxó em categorias como cestaria, pintura, cerâmica etc, talvez não tivéssemos a qualidade e a riqueza na produção que tivemos. Assim, a produção de texto revelou uma variedade que mostra diversos campos da arte Pataxó de acordo com a concepção dos professores que fizeram parte desse trabalho.

Tendo o livro partido do interesse dos professores, pudemos observar que, desde o início, tanto a participação quanto a dedicação de produzir era grande e fundamental para o desenvolvimento do processo. E foi assim que, nos módulos de arte e linguagem, pudemos conciliar a arte com a escrita, sendo a construção do livro trabalhada nesses módulos ao longo de três anos. Os textos produzidos para o livro foram utilizados nas aulas, não como textos deslocados do contexto de vida, ou simplesmente como exemplos para as aulas, mas como uma escrita que tinha uma finalidade e isso de certa maneira motivava o desenvolvimento da produção textual. Assim é que esses mesmos textos foram utilizados para várias atividades, destacando leitura e escrita, discussão sobre tipologia e gêneros de textos, gramática, ortografia etc.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A produção proporcionou outra aprendizagem, que foi a pesquisa, pois a partir dos primeiros textos, os professores procuraram aprofundar mais sobre a arte que estavam escrevendo buscando conhecimentos com artistas e os mais velhos da sua aldeia. E no reencontro, durante o segundo módulo, os professores retomaram aos textos trazendo já contribuições para acrescentar. A produção do livro foi feita retomando aos textos, a cada novo módulo, sendo aprimorados à medida que eram trabalhados nas aulas. Durante essa trajetória também tivemos oficinas para fazer os desenhos que iriam compor o livro.

Outro fator muito importante nessa produção foi ter a participação de professores de diferentes aldeias Pataxó, e isso traz uma abrangência maior ao trabalho, e de certa forma uma legitimidade ao fazermos um livro referido à arte Pataxó, levando em conta também a especificidade das aldeias. Graças a essa presença de membros de diferentes aldeias, em um trabalho coletivo, que dilemas eram resolvidos, como por exemplo, o conflito sobre o que colocar ou não, o que escrever ou não sobre um determinado assunto, já que alguns aspectos eram mais internos e específicos, e algumas técnicas não deveriam ser divulgadas. Essa discussão veio à tona pensando na possibilidade de outras pessoas que não fossem Pataxó terem acesso ao livro.

O livro¹ ficou com uma produção total de 34 textos falando de diferentes produções artísticas: tiara, pulseira, anéis, brincos, leque, hamanã, pente de madeira, cuia de cabaça, remo, xahy, maracá, arco e flecha, construção da casa, bodoque de pau, corda de tucum, surú, bustiê indígena, canoa, cortina, pilão, samburá, pinturas, kawi (cauin), tanga de taboa, tanga de estopa, escultura de madeira, gamela, casa comunitária, colar de juerana, takape, esteira, trança de buri, peneira e colher de pau. E para ilustrar um pouco esse trabalho, coloco na íntegra o texto de Seu Patxió, um dos alunos do Magistério Indígena, morador da aldeia Boca da Mata, que escreveu sobre a construção da casa:

A construção de uma família Pataxó começa com o casamento, pois como de costume, o pataxó casa muito cedo, o índio começa a namorar a índia às escondidas da família, geralmente esse tipo de namoro não é aceito pelo pai da moça. Esse namoro dura apenas poucos dias que logo após termina em casamento, onde o índio rouba a índia da casa do pai dela e leva para casa do pai dele, isso acontece muito nos dias de festas na aldeia, mas

¹

O livro ainda não foi publicado.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

pode acontecer que a índia pode fugir atrás do índio, caso ela esteja grávida e fique com medo de seus pais, ela acaba indo atrás do índio que engravidou. O casal passa a morar na casa do pai do rapaz, pois o índio ainda precisa muito da ajuda de seu pai, para lhe orientar nas tarefas como homem casado, começando pelo trabalho da roça, logo após vem a construção da casa do casal.

O filho pergunta ao pai quais as madeiras usadas na construção da casa, o pai fala, primeiro tem que ver as quadras da lua, para cortar a madeira, tem que ser na lua minguante na noite escura. Para que a madeira não apodreça. O índio sabendo disto, tem que esperar a noite ficar escura, lua minguante, para começar a cortar a madeira.

Começa o preparo do maderamento da casa, primeiro, cortamos os esteios, as traves, caibros, enximentos, ripas de biriba ou vara fina. Juntando todas as madeiras no local da casa, aí o índio já começa a juntar, descascando e empilhando o material para a construção da casa.

Vamos para construção da casa, geralmente as casas para ser feitas começamos logo pelos esteios enfiados os esteios colocamos as traves pregamos os enchimentos e caibros, as coberturas eram feitas de palhas, algumas ainda até hoje são feitas de palha, como oricana, maribu, sapê, palmeira, piaçava. Para as palhas não apodrecer rápido é preciso que corte as palhas na lua escura cortar e deixar empilhada uma sobre a outra para fermentar e a palha ficar aberta quando for colocada em cima da casa.

Na aldeia os colegas do índio que se casou, já começa a visitar o local da casa, conversa com o pai do rapaz quando vai sair o embarreio o velho fala que não sabe.

Nisto o índio casado não sabe de nada do que estão planejando, começa a levantar as peças da casa, começa com o envaramento, coloca a cobertura, os colegas voltam a casa do pai do rapaz para observar o que eles tem, como despesa para fazer o rela as famílias se preparam um ou dois meses antes para fazer o rela (ou mutirão) no quintal da casa do velho tem um chiqueiro com um porco gordo para fazer o rela no mês que vem.

Na aldeia são escolhida as pessoas para a organização da surpresa, vai ser hoje a noite, o dono não pode ficar sabendo, todos na aldeia já sabe menos o dono da casa, este tio de rela também pode valer para outros trabalhos como capina de roça, derrubada de capoeira, plantar ou colher na lavoura.

São divididos em grupo, para organizar o trabalho tem o grupo que cuida da alimentação, outro grupo cuida de cortar o barro, outro cuida de pegar a água, isto tudo é a noite sem deixar pista, vão na casa do velho e pega o porco, mata, leva toda carne para a casa do organizador do rela, para ele fazer comida.

Nisto já tem um grupo, de pessoas que já começou o trabalho, quando a casa já está na metade eles pega uma espingarda e vai até a casa dos índios (casados), ou seja, o noivo que está dormindo e dá um tiro para o alto os donos da casa acordam assustados e começa a correria e fala estou roubado.

Mas existe uma regra que o dono da casa não pode ir até o local, se for vai correr o risco de ficar amarrado até o fim do dia quando a casa estiver pronta.

Outra regra é que o dono da casa só pode receber a casa pronta e nunca pela metade, caso os colegas desistam o chefe do roubo tem que terminar o restante da casa sozinho, a casa tem que ter porta, janela, o dono recebe a casa na chave ele pode questionar caso a casa não esteja pronta.

Toda despesa do trabalho é do dono da casa após a casa pronta, eles vão e casa do velho; para entregar a casa nova, pega o dono da casa e leva ao local, lá já tem uma lama preparada, para jogar o dono da casa dentro tem que dar um banho de lama nele, é uma brincadeira, todos participam e aí começa a festa o restante do dia, e a noite, o relabuxo (forró)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Nesta festa mais uma índia pode fugir novamente, e assim vai levando a nossa história para diante e nunca se acaba a nossa cultura, cultura sabida e respeitada pelo um povo, que deixou registrada em seus cantos.

José Raimundo (Aldeia Boca da Mata)

Considerações finais

A partir dessa experiência, podemos observar como a produção de material didático não pode ser pensada apenas como um objeto, mas como um processo que precisa de tempo, pesquisa e motivação. E como ela pode ser aprimorada quando há disponibilidade, quando há tempo. Percebemos o quanto é fundamental que esses materiais sejam de autoria indígena e feitos coletivamente. Vimos como a produção dos materiais didáticos pode estar ligada aos cursos de formação e como isso traz novas perspectivas para as aulas. Vimos também como a produção de material didático depende da participação de todos: professores, alunos, pais, enfim, a participação da comunidade e também do poder público.

“Há hoje em dia há leis bastante favoráveis a essas iniciativas, mas na prática apresentam enormes distâncias, conflitos e contradições a serem superados” (BANIWA, 2006, p.145). Algumas instituições que trabalham diretamente com a formação de professores não têm se preocupado muito com esse processo de produção de material didático, quando fazem, acabam por desconsiderar o *processo* importando apenas com a publicação, pois infelizmente querem apenas ver produções, para terem o que mostrar, independente da qualidade e da demanda das escolas e seus projetos junto ao seu povo. Através dessa experiência de produção outros pontos poderiam ser mais aprofundado, como a questão de autoria coletiva, as concepções de arte e a construção do conceito coletivamente, no entanto não se pode falar de tudo, assim ficam alguns temas abertos para futuras reflexões.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Referências:

BANIWA, Gersem S. L. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Coleção Educação para todos; MEC, Brasília, 2006.

GESTEIRA, Kleber ; CHAMUSCA G.; GRILO, Suzana ; HENRIQUES R;(Org.), **Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola.** Cadernos Secad 3, Secad/MEC 2007. Brasília DF.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

GRUPIONI, Luiz Donisete Benzi (org). **As leis e a educação escolar indígena:** Programa Parâmetros em Ação Escolar Indígena. MEC/Secad. 2º edição, Brasília, 2005.

GUIMARÃES, Francisco Alfredo Moraes. Educação e povos indígenas: legislação e experiência com produção de material didático de autoria indígena na bahia. In: **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**. Salvador v. 19, nº 33, p.61-75 jan/jun 2010.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes. Uma Outra História, a Escrita Indígena no Brasil. In: **Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005**. Instituto Socioambiental, São Paulo, p. 203-208, 2006.